



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO ANUAL 2023



MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2023 foi, sem dúvidas, um marco significativo após completarmos um ano de nossa incorporação, resultando na formação do Sicoob Nova Central, que uniu forças e ampliou o nosso alcance em Goiás, Distrito Federal e Tocantins. Neste período, testemunhamos uma notável cooperação entre nossos colaboradores, refletida na conquista da certificação Great Place To Work (GPTW), que atesta a qualidade de nosso ambiente de trabalho e o comprometimento de nossa equipe.

Ao longo do ano, presenciamos uma série de eventos que impactaram não apenas a economia brasileira, mas também a estabilidade mundial. Conflitos e guerras em diversas partes do planeta contribuíram para um ambiente de incerteza nos mercados financeiros internacionais, afetando direta e indiretamente a economia brasileira. Entretanto, as cooperativas de crédito demonstraram resiliência, mantendo o propósito fundamental de promover justiça financeira e prosperidade em nossas comunidades.

Os resultados alcançados são motivos de comemoração e orgulho. Registramos um crescimento substancial nos principais indicadores da Central somados aos das cooperativas filiadas. Juntos, os ativos cresceram significativamente, aumentando 26% em comparação com o ano anterior, alcançando a marca de R\$ 18,6 bilhões. Além disso, os depósitos também apresentaram um crescimento robusto, atingindo um aumento de quase 30% em relação ao ano anterior, totalizando R\$ 12,5 bilhões.

Outro indicador crucial de nosso sucesso

em 2023 foi nosso resultado que registrou crescimento expressivo de 134,38% em relação ao ano anterior, chegando a marca de R\$ 64.149,082,39 milhões em sobras. Números que refletem a confiança de nossos cooperados em nossa capacidade de oferecer serviços financeiros de qualidade.

É gratificante observarmos o crescimento no número de associados de nossas cooperativas. Em apenas um ano, vimos nossa base de cooperados crescer de 233 mil para 258 mil, um testemunho do valor que oferecemos e do forte senso de comunidade que promovemos por meio do sistema Sicoob.

Esses resultados não apenas evidenciam o desempenho financeiro das nossas singulares, mas também destacam a importância do cooperativismo de crédito e o impacto em todas as regiões do país. Continuaremos a promover não apenas serviços financeiros de qualidade, mas também ações de responsabilidade social e sustentabilidade, investindo em programas que beneficiam nossas comunidades em diversas frentes, como a educação financeira para crianças, jovens e adultos, por exemplo.

Agradecimento especial aos membros do Conselho de Administração e às nossas singulares pela excelente performance alcançada em 2023. O desempenho do sistema regional só foi possível graças à atuação incansável e dedicada de todos. Reconhecemos e valorizamos o empenho, a dedicação e a eficiência demonstrados ao longo do último ano. Sem a colaboração do Conselho de Administração e cooperativas filiadas, não teríamos alcançado nossos objetivos.



“O ano de 2023 foi marcado por conquistas significativas e crescimento contínuo para o Sicoob Nova Central.”

Marcelo Baiocchi Carneiro
Presidente

GOVERNANÇA CORPORATIVA

MEMBROS TITULARES

Conselho de Administração:

Marcelo Baiocchi Carneiro | Presidente
Yusef George Nimer | Vice-Presidente
Antônio Mazurek | Conselheiro
Carlos Henrique Simões Ayres | Conselheiro
Domingos Portilho Da Cunha | Conselheiro
Espedito Henrique De Souza Júnior | Conselheiro
Gilberto Alves Moraes | Conselheiro
João Pedro Braollos Neto | Conselheiro
José Alves De Sena | Conselheiro
José Humberto Marquez | Conselheiro
José Maurício De Oliveira | Conselheiro
José Renner De Souza Rates | Conselheiro
Lenise Alvarenga | Conselheira
Leopoldo José De Araújo | Conselheiro
Miguel Ferreira De Oliveira | Conselheiro
Renato Moreira Da Silva | Conselheiro
Sergio Roberto Cardoso Da Cruz | Conselheiro
Wilson Martins De Oliveira | Conselheiro

Diretoria Executiva:

Newton José Cunha Brum | Diretor Administrativo e Financeiro
Edina Francisca De Souza Fileti | Diretora de Operações
Alaôr José De Moraes | Diretor de Supervisão e Riscos
Ullisses Silva Vilela Capistano | Diretor de Negócios



O Sicoob Nova Central está revolucionando o sistema financeiro por meio do Cooperativismo de Crédito.

O primeiro ano de incorporação foi marcado por acontecimentos que influenciaram não apenas a economia brasileira, mas também o cenário global e nos trouxeram grandes desafios e ensinamentos. Apesar das dificuldades enfrentadas, conseguimos demonstrar a nossa força e cooperação, registrando crescimento consolidado em todas as áreas.

Ao encerrarmos mais um ciclo, apresentamos o relatório da administração e as demonstrações contábeis, em total conformidade com a legislação vigente e

os princípios do nosso estatuto social. Além disso, destacamos os principais avanços no primeiro ano de Sicoob Nova Central.

Este relatório é uma manifestação do compromisso do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva com os valores fundamentais do cooperativismo de crédito, em especial a transparência na gestão. Reiteramos o nosso compromisso de aprimorar constantemente os serviços prestados as nossas cooperativas de Goiás, Distrito Federal e Tocantins.



FORÇA DA COOPERAÇÃO NO BRASIL

O Sicoob fechou o ano de 2023 com 7,9 milhões de cooperados e está presente em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, sendo a única instituição financeira presente em mais de 360 municípios do país. O sistema registrou resultado recorde de R\$ 8,4 bilhões em 2023, um aumento de 16,4% em comparação ao ano anterior.

No país, o Sicoob é formado por 348 cooperativas singulares, 14 cooperativas centrais e pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), composto por uma confederação e um banco cooperativo, além de processadora e bandeira de cartões, administradora de consórcios, entidade de previdência complementar, seguradora e um instituto voltado para o investimento social. De acordo com dados do Banco Central, o Sicoob se tornou a maior rede de atendimento físico do país, com mais de 4,3 mil pontos de atendimento, ultrapassando players bancários relevantes. Em mais de 401 cidades brasileiras, o Sicoob é a única instituição financeira com presença física.

7.9M

De cooperados em 2023

8,4BI

Resultado recorde em 2023

Em 401 cidades

O Sicoob é a única presença física

COOPERAR PARA CRESCER



União do Sicoob Goiás Central (GO) e Sicoob Planalto Central (DF).

COOPERATIVAS FILIADAS AO SISTEMA SICOOB NOVA CENTRAL

23 COOPERATIVAS

- SICOOB AGRORURAL
- SICOOB CREDIEMBRAPA
- SICOOB JURISCREDCELG
- SICOOB CENTRO-SUL
- SICOOB CREDIJUR
- SICOOB JUDICIÁRIO
- SICOOB CERRADO
- SICOOB CREDIJUSTRA
- SICOOB PALMEIRAS
- SICOOB CREFAZ
- SICOOB COOPERPLAN CREDSEF
- SICOOB SECOVICRED
- SICOOB CREDI-RURAL
- SICOOB DF MIL
- SICOOB TOCANTINS
- SICOOB CREDIADAG
- SICOOB DO VALE
- SICOOB CREDIBRASÍLIA
- SICOOB EMPRECRED
- SICOOB CREDICAPA
- SICOOB EMPRESARIAL
- SICOOB CREDICER
- SICOOB EXECUTIVO



Em dezembro de 2022, o Sicoob Nova Central iniciou oficialmente suas atividades, após a homologação pelo Banco Central do Brasil. Resultado da união do Sicoob Goiás Central e Sicoob Planalto Central, a instituição já nasceu gigante, passando a concentrar mais de 20% das ações do Banco Sicoob.

Com sede em Goiânia (GO) e uma unidade em Brasília (DF), a Nova Central é considerada uma disrupção no cooperativismo brasileiro. A instituição emprega +200 colaboradores e conta com 23 cooperativas filiadas, demonstrando seu crescimento e relevância no mercado, oferecendo serviços centralizados de qualidade às singulares.



INTEGRAÇÃO SINGULAR

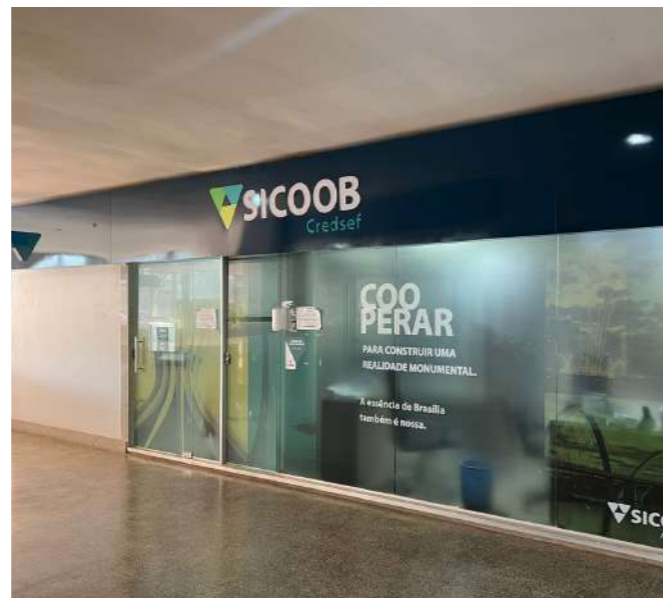


SICOOB DO VALE

Em uma ação estratégica visando fortalecer sua atuação no mercado financeiro, o **Sicoob do Vale** e o **Sicoob Vale do Rio Crixás** uniram-se para formar uma única instituição, no dia 1º de fevereiro de 2023. Com a integração, o Sicoob do Vale tornou-se uma instituição mais bem estruturada, com uma ampla rede de agências distribuídas nas cidades de Crixás, Santa Terezinha, Rubiataba, Carmo do Rio Verde, Porangatu, Itaberaí, Faina, Itapuranga, Jussara, São Luiz do Norte, Taquaral, Araguapaz e Mara Rosa. Com quase 15 mil cooperados, a instituição completou 30 anos de história em 2023.

SICOOB COOPERPLAN CREDSEF

Em maio de 2023, as cooperativas **Sicoob Credsef** e **Sicoob Cooperplan** uniram forças para criar o **Sicoob Cooperplan Credself**, uma cooperativa dedicada exclusivamente ao servidor público no Distrito Federal e do Poder Executivo Federal. Essa integração resultou numa instituição mais robusta, com uma expansão do número de agências, incluindo uma agência digital para melhor atender às necessidades dos cooperados. Com quase 2600 mil cooperados, a instituição completou 26 anos de história em 2023.



Primeiro ano de história da Nova Central

No último dia do ano de 2023, o Sicoob Nova Central comemorou o seu primeiro ano de atividade durante um café de manhã especial com os colaboradores da sede, em Goiânia (GO) e da filial, em Brasília (DF). Na ocasião, o presidente do Conselho de Administração, Marcelo Baiocchi Carneiro, expressou gratidão pela dedicação de todos os colaboradores num encontro marcado pela união.



CELEBRAÇÃO COM GPTW

A Central celebrou o primeiro ano de incorporação conquistando a certificação **Great Place to Work (GPTW)**, atestada por meio de pesquisa com os colaboradores. Essa certificação reflete altos padrões de satisfação dos funcionários, engajamento e cultura positiva. Investimentos contínuos na valorização e qualidade de vida demonstram o compromisso com a valorização contínua e o bem-estar de toda a equipe, que atua em Goiânia-GO e Brasília-DF.

6º ECOS: IMPULSIONANDO O SISTEMA REGIONAL



A comemoração do primeiro ano do Sicoob Nova Central com os representantes das cooperativas filiadas ocorreu durante a 6ª edição do ECOS (evento tradicional da então Sicoob Goiás Central), com direito a parabéns e bolo de aniversário. O evento, realizado nos dias 10 e 11 de dezembro, no Clube Sesc de Caldas Novas (GO), é o maior e principal encontro do sistema regional.

Durante a cerimônia de abertura, foram discutidos temas relevantes para o cooperativismo, enfatizando o crescimento e os desafios enfrentados pelo segmento. O momento foi marcado pela celebração do primeiro ano da Nova Central, reunindo diretores e conselheiros da Central e das 23 cooperativas filiadas presentes.

No ECOS 2023, foram apresentados painéis sobre cases de sucesso e palestras de renomados nomes do mercado brasileiro. O evento reiterou o compromisso da Nova Central em promover o crescimento conjunto em busca dos excelentes resultados. O encontro fortaleceu ainda mais o vínculo entre os participantes, inspirando a continuidade do trabalho em cooperação para o benefício mútuo de todos os envolvidos no sistema regional.



MAIS PRÓXIMO DAS SINGULARES

No ano de 2023, o primeiro presidente do Sicoob Nova Central, Miguel de Oliveira e toda a diretoria concluíram uma série de visitas institucionais às cooperativas filiadas em Goiás, Distrito Federal e Tocantins. O objetivo primordial dessa iniciativa foi fortalecer os laços de cooperação e solidariedade entre a central e suas filiadas, além de proporcionar uma compreensão mais profunda das atividades realizadas por cada uma delas e das demandas específicas de suas comunidades.

As visitas representaram um marco importante de aproximação e integração entre a central e suas filiadas. Elas permitiram uma valiosa troca de experiências, enriquecendo o conhecimento mútuo e contribuindo para o fortalecimento do cooperativismo na região. Além disso, os encontros serviram como oportunidade para apresentar e oferecer os serviços centralizados disponíveis às singulares.



ANIVERSÁRIO DA CHEGADA DE UMA NOVA FILIADA

No final do ano de 2023 também foi celebrado o primeiro ano de aniversário do ingresso do Sicoob Credi-Rural para o quadro de filiadas do Sicoob Nova Central e o início das atividades da cooperativa na capital do estado com a incorporação do então Sicoob Goiânia. Fundadora da antiga Cocreer-GO (Sicoob Goiás Central), a cooperativa de crédito, sediada em Rio Verde (GO), destaca-se como uma das maiores do Brasil com excelentes resultados positivos ao longo de seus 35 anos de história. A sua atuação no quadro de filiadas da Nova Central tem contribuído significativamente para o desenvolvimento do sistema regional, levando mais sustentabilidade e força ao cooperativismo brasileiro.



AGÊNCIAS COMPARTILHADAS

Um princípio cooperativista fundamental que norteou essa ousada ação foi o da intercooperação, evidenciado em todas as etapas do processo. O evento simbólico de inauguração das quatro agências de atendimento compartilhados ocorreu recentemente em 7 de fevereiro no Centro Cooperativo Sicoob (CCS), em Brasília (DF). Em Brazlândia, o atendimento está disponível na agência compartilhada pelas cooperativas Sicoob Empresarial e Sicoob Credibrasília. No Recanto das Emas e em Santa Maria, as unidades contam com a união do Sicoob Empresarial e Sicoob Executivo. No Paranoá, a agência compartilhada é fruto da parceria do Sicoob Judiciário e Sicoob Executivo.

Além dos líderes da Central, filiadas, CCS e de autoridades locais, o evento de inauguração contou com a presença do Chefe Adjunto do Deorf do Banco Central, João Luiz Faustino Marques, que elogiou o projeto da Central. Com os PAS compartilhados, estamos abrindo portas para uma maior acessibilidade aos serviços financeiros de qualidade, promovendo assim um futuro mais próspero e inclusivo para todos.

O Projeto de Postos de Atendimento Compartilhados (PAS) na região de Brasília-DF é uma iniciativa que se originou ainda em 2018, sob a gestão da antiga Sicoob Planalto Central. Desde então, esse projeto foi incorporado como

uma das prioridades estratégicas do planejamento da nova Central, abrangendo o ciclo de 2021 a 2023.

O seu principal propósito foi buscar alternativas para atender à crescente demanda de expansão do Sicoob na região, visando reduzir custos administrativos e otimizar recursos para alcançar áreas desassistidas. O projeto foi inspirado em modelos incipientes da antiga Central Sicoob Rio, agora Sicoob UniMaisRio, que serviram como balizadores importantes no início do projeto. Nesse contexto, a Central contou com a importante colaboração da Central Sicoob Cecremge, que recebeu técnicos e diretores das filiadas aderentes ao projeto do Sicoob Nova Central.



O PODER DA INTERCOOPERAÇÃO

A intercooperação, como parte fundamental do movimento cooperativista, desempenha um papel crucial no fortalecimento e na sustentabilidade das cooperativas. Em um contexto em que a colaboração e a troca de experiências são essenciais, a intercooperação (sexto Princípio do Cooperativismo) se destaca como um pilar para o desenvolvimento coletivo, que proporciona o fortalecimento do Sistema Sicoob.

Reconhecendo essa importância, em 2023, representantes do Sicoob Nova Central realizaram uma visita técnica e de intercâmbio com a Sicoob Central Rondon e o Sicoob União. Os diretores Alaor Jose de Moraes (Supervisão e Riscos) e Edina Fileti (Operações), acompanhados por gestores, tiveram a oportunidade de mergulhar no modelo de negócios das cooperativas anfitriãs, em Cuiabá (MT). A comitiva da Nova Central também contou com a participação do presidente da OCDF/ Sescop-DF, Remy Gorga, além dos representantes das cooperativas visitadas, como a presidente



da Sicoob Central Rondon, Aifa Naomi Uehara; o diretor Executivo Central, Emilio Júnior de Souza; o diretor Administrativo, Devanilson Magalhães da Silva; e o diretor Executivo União, José Augusto Manzano Indalécio.

A intercooperação serviu para a troca de ideias e experiências que contribuíram para o aprimoramento das práticas cooperativistas no nosso Sistema regional.

FORTALECENDO A COOPERAÇÃO COM O PACTO SISTÊMICO



Com objetivo de sistematizar estratégias e planejar ações, o Sicoob Nova Central sediou o Encontro Regional de Formulação de Pacto Sistêmico de Estratégia, realizado no mês de agosto de 2023, em Goiânia-GO. O evento contou com a participação de mais de 100 membros, incluindo presidentes e diretores das 23 cooperativas afiliadas dos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, bem como diretores e técnicos da Central e do Centro Cooperativo Sicoob (CCS).



INCREMENTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS

O crescimento na comercialização de produtos e serviços financeiros tem sido estratégico para a sustentabilidade e competitividade das cooperativas filiadas ao Sicoob Nova Central.

Entre os produtos e serviços se destacam o uso de cartões de crédito. Em 2023 comparando com o ano anterior, as transações com os cartões SicoobCard nas cooperativas filiadas aumentaram em 28,55% e o volume com os cartões Coopcerto Pré-pago aumentou 28,74%.

Em relação ao Crédito Consignado, as cooperativas do sistema regional se destacaram significativamente, no período, registrando um crescimento impressionante de 700% na oferta e comercialização do produto. Já em Consórcios, com um total de R\$ 812,7 milhões em cartas de consórcio comercializadas, representou um aumento de 12% em comparação a 2022. Quanto aos Seguros de Vida, as cooperativas filiadas registraram um crescimento de 24,25%. No indicador de Captação de Recursos, as singulares do nosso sistema cresceram 24,5%.

28,55%

No aumento das transações com os cartões SicoobCard

700%

De crescimento na comercialização de Crédito Consignado

812,7M

Em cartas de Consórcio comercializadas

Indicadores de alguns Produtos e Serviços em 2023

Indicadores	Crescimento 2022→2023	Crescimento %
COOPERADOS	21.860	9,23%
CRÉDITO	R\$ 1.310.424.783	15,37%
CAPTAÇÃO	R\$ 2.283.681.176	24,58%
CARTÕES	R\$ 538.439.785	28,55%
COOPCERTO	R\$ 9.259.998	28,74%
CONSIGNADO	R\$ 306.105.397	700,07%
CONSÓRCIOS	R\$ 77.738.256	10,58%
SEGUROS DE VIDA	R\$ 12.541.998	24,25%

AMPLIAÇÃO DO CRÉDITO POR MEIO DE PRÁTICAS EFICIENTES

O Sicoob Nova Central aplicou soluções para impulsionar o desenvolvimento e a alavancagem da carteira de crédito para as filiadas, apoiando-as no incremento e aplicação dos recursos. A unidade de Crédito da Central manteve a correta aplicabilidade dos processos operacionais para concessão de crédito e das boas práticas dos princípios cooperativistas.

1 CARTEIRA DE CRÉDITO REGIONAL

Crescimento em 2023: 15,39% em relação a 2022.

Destaque: Empréstimo consignado atingiu R\$ 300 milhões, refletindo confiança dos clientes e sucesso da estratégia de crédito.

2 BNDES

Crescimento superior a 100% em 2023, totalizando R\$ 36.780.690,00.

3 FUNDO GARANTIDOR PRONAMPE:

Cenário 2022-2023: 481 operações totalizando R\$ 34.624.195,00.

Destaque: Sicoob Credibrasília com 105 operações totalizando R\$ 8.883.494,00 em 2023.

4 FUNDO GARANTIDOR FAMPE:

Cenário 2023: 37 operações totalizando R\$ 2.664.613,31.

5 CRÉDITO DIGITAL:

Consultorias em 2023: 15 realizadas para incentivar eficácia do produto junto às cooperativas.

6 CNV/2023:

Já neste ano, o Sicoob Nova Central e as cooperativas filiadas foram premiados pelo desempenho registrado em 2023. O Sicoob Credi-Rural ganhou o troféu Fidelidade no produto “Consórcios”, no Grupo S3. O PA 00 (sede) do Sicoob do Vale recebeu o prêmio “Conjunto da Obra” na categoria “Postos de Atendimento”, do Grupo P3.

MELHOR EXPERIÊNCIA NA JORNADA DO COOPERADO

A criação da Unidade de Mercados e Canais marcou um avanço estratégico para o Sicoob Nova Central, em 2023. A unidade foi estabelecida com o propósito de oferecer suporte personalizado às cooperativas filiadas, visando aprimorar de forma pioneira dentro do sistema a experiência física e digital do cooperado.

Para alcançar esse objetivo, a unidade opera em quatro pilares essenciais: Experiência do Associado, Canais Digitais, Gestão Comercial e Associação Digital. Esses pilares fornecem uma estrutura abrangente para abordar diferentes aspectos da jornada de experiência do cooperado e garantir que todas as ações sejam coordenadas, analisadas e estrategicamente alinhadas.

Um dos marcos importantes foi a realização do primeiro ciclo da pesquisa de Satisfação em 2023,



que proporcionou uma análise detalhada e personalizada dos resultados de cada cooperativa e aponta pontos de melhorias. Esses dados são acompanhados por meio do painel chamado **Experiência do Cooperado**, no qual estão disponíveis a todas as cooperativas na plataforma Gestão à Vista.

Com o objetivo de aprimorar o índice de **Net Promoter Score (NPS)**, foi realizado o "1º Encontro de Embaixadores CX", no qual representantes designados pelas cooperativas foram capacitados para serem o ponto estratégico da singular com o objetivo de ser a porta voz do cooperado e proporcionar experiências diferenciadas. O evento já foi uma experiência única, na qual os participantes tiveram um passeio exclusivo e inspirador a bordo de um barco, no Lago Paranoá de Brasília (DF).

Com a atuação no pilar **Gestão Comercial**, a unidade presta consultoria personalizada e aderente ao modelo de negócio de cada cooperativa filiada à Central. Na atuação **Associação Digital**, a Unidade da Central desempenha ações direcionadas para apoiar as filiadas a se prepararem para a cultura de relacionamento digital e direcioná-las para a geração de negócios e resultados.

MAIS FORÇA PARA O AGRONEGÓCIO



Visando melhorar ainda mais o apoio às filiadas quanto ao atendimento ao produtor rural, o Sicoob Nova Central criou, em 2023, na área de Negócios, a Unidade de Agronegócios. Com isso, se intensificaram a capacitação e o suporte às estratégias comerciais, bem como as melhores práticas de compliance ESG.

Em seu primeiro ano de atuação, a área apresentou soluções referentes aos riscos climáticos e análise ambiental, nas quais, foram ofertadas soluções abrangentes de gestão de riscos e seguros agrícolas, proporcionando segurança financeira em momentos de adversidade e promovendo a estabilidade nas operações junto aos órgãos fiscalizadores.

Com isso, houve um aumento expressivo do saldo das operações de créditos ativos no Sicoob Nova Central, que em dezembro de 2023 contabilizou R\$ 2,8 bilhões (recursos de repasses e recursos livres) e fontes fiscais de quase R\$ 542 milhões (BNDES Rural e Fundos Constitucionais), totalizando um saldo final vigente de crédito rural no valor de R\$ 3,3 bilhões.



CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE

Uma nova área foi criada no primeiro ano de atividade do Sicoob Nova Central. A área de Cidadania e Sustentabilidade desempenha um papel crucial na gestão de três pilares fundamentais para nossas operações e partes interessadas: a Agenda de Sustentabilidade, o Investimento Social Estratégico através do Instituto Sicoob e a Organização do Quadro Social.

A área trabalha para promover a educação cooperativista, a cidadania financeira e o desenvolvimento sustentável do negócio e da sociedade, além do fortalecimento da interação com as cooperativas filiadas. Neste esforço colaborativo, se alcançou avanços significativos. Por meio dos eixos estratégicos de Investimento Social Estratégico, foram impactadas positivamente

190.169 pessoas, promovendo os valores e princípios do cooperativismo, além de fomentar a cidadania financeira e o desenvolvimento sustentável.

A disseminação da cultura cooperativista e empreendedora alcançou quase 24.000 indivíduos. Entre as atividades realizadas, destacaram-se o programa Concurso Cultural, Palestras sobre Educação Cooperativista e Empreendedorismo, além das ações realizadas em comemoração ao Dia Internacional do Cooperativismo, o Dia C, que reuniu ações voluntárias e simultâneas entre nossas singulares.

Mais de 17.000 pessoas foram impactadas pela agenda de Cidadania Financeira. O destaque foi a implementação do Programa Financinhas nas

escolas, promovendo boas práticas financeiras de forma lúdica e dinâmica. Além disso, em conjunto com as singulares, o Sicoob Nova Central coordenou as ações da Global Money Week, Semana Nacional de Educação Financeira (ENEF) e Semana Mundial de Educação Financeira, beneficiando ao todo 6.786 pessoas.

Diversas cooperativas foram reconhecidas com o Selo Instituto Sicoob, que tem como objetivo destacar projetos que geram impacto social positivo em suas regiões de atuação. **Confira abaixo os projetos chancelados:**

No Edital Incentivo Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável, foi destinado o montante de R\$ 560.320,04, por meio de leis de incentivos fiscais. Os projetos contemplados foram: Futuro Legal (Lei de Incentivo à Cultura), Jogar e Educar (Lei de Incentivo ao Desporto) e Hospital do Amor (Fundo do Idoso).

O engajamento dos colaboradores da regional em ações de voluntariado representa uma contribuição significativa para os resultados alcançados pela agenda. Em 2023, foram registradas 2.195 horas de trabalho voluntário, beneficiando as comunidades atendidas pelo Sicoob Nova Central.

Outra iniciativa incentivada pelo Sicoob Nova Central é a execução do Programa de Aceleração de Impacto Social – PAIS, uma plataforma de capacitação gratuita para Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Acreditamos que, ao promover uma mudança de mentalidade entre empreendedores sociais e fortalecer suas OSCs, podemos construir um terceiro setor mais robusto. O Sicoob Nova Central integra uma rede de correalizadores, composta pelo Instituto Bancorbrás, Instituto BRB, Instituto Sabin e Instituto Mais Brasil. Na sua 6ª edição, o PAIS impactou diretamente 22.000 pessoas.

Em virtude do sucesso e do amplo alcance do impacto social em 2023, a Central celebra os resultados alcançados durante a Campanha Nacional de Investimento Social (CNIS) de 2023. Após análise dos resultados das ações de Investimento Social Privado, a área superou em 413,9% a meta estabelecida para a campanha, beneficiando mais de 40 mil pessoas por meio dos



programas do Instituto Sicoob.

Além disso, duas cooperativas do nosso sistema regional se destacaram. O Sicoob CooperplanCredsef conquistou o primeiro lugar no grupo 1, com o programa Clínicas Financeiras Virtuais. Já o Sicoob Secovicred foi reconhecido na categoria Case - Voluntário Transformador, pelo projeto "Coopera Padrinho". Outras cooperativas também se destacaram, como Sicoob DF MIL, Sicoob Empresarial, Sicoob Emprecred e Sicoob Centro Sul, conquistando as cinco primeiras posições dentro de seus grupos, demonstrando compromisso com a agenda de Investimento Social Privado.

Essas conquistas evidenciam o compromisso das singulares com as agendas sistêmicas em prol do desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam e o papel estratégico da área Cidadania e Sustentabilidade. São exemplos de como o setor financeiro pode desempenhar um papel significativo na disseminação do cooperativismo e no alcance da justiça financeira. Espera-se que tais êxitos incentivem novas iniciativas em 2024.





PESSOAS E TALENTOS

A essência da cooperação é a união de pessoas. Neste sentido, a área de Gestão de Pessoas da Central é estratégica para o alcance dos objetivos institucionais e para o bem-estar de todos os colaboradores. Ao

longo de 2023, a área atuou de forma proativa na gestão do capital humano, visando o desenvolvimento profissional e pessoal de cada uma das pessoas que contribuem para o crescimento da nossa Central.

Um dos destaques do ano foi a realização de 270 processos seletivos para a Central e cooperativas filiadas, resultando na contratação de novos talentos e no fortalecimento das equipes. Ao todo, foram disponibilizadas, no Sistema Regional, 306 vagas e entrevistadas 1.362 pessoas.

Além disso, Gestão de Pessoas promoveu a Campanha de Educação “Cooperando com o aprendizado”, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores. Onze cooperativas filiadas alcançaram a meta estabelecida em 100%, enquanto outras oito ficaram entre 99% e 90% de conclusão.

Em 2023, foram realizados várias ações educacionais com 3179 pessoas impactadas, totalizando 279:15 horas/aulas ministradas.



VIABILIDADE NA CONCESSÃO DE CRÉDITO

A análise de crédito desempenha um papel crucial nas instituições. No âmbito das cooperativas, essa função é ainda mais relevante, pois impacta diretamente a sustentabilidade e o crescimento das comunidades atendidas. Durante o ano de 2023, a área realizou análise técnica de crédito para um total de 8 cooperativas, além de atender à própria Central e à GarantiGoiás - um fundo garantidor de crédito.

Ao todo, foram analisadas 13.368 propostas de crédito, totalizando um montante expressivo de R\$ 1.2 bilhão. Esse volume de propostas evidencia a importância do trabalho na avaliação e concessão de crédito para as cooperativas e seus associados. A

Além das análises de crédito, a área processou 2.337 devoluções de propostas para as cooperativas filiadas. Esse trabalho, de extrema importância, contribuiu para corrigir dados e/ou documentações, garantindo a conformidade com as normas internas de crédito, reforçando, assim, nosso compromisso com a transparência e a integridade nas operações financeiras.



RELACIONAMENTO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A área de Cobrança e Recuperação de Crédito Centralizada do Sicoob Nova Central tem como missão assegurar o recebimento dos valores devidos pelos cooperados, em consonância com a Política de Cobrança e as especificações de cada singular.

Durante as negociações de pagamento, adotou-se uma abordagem que visou não apenas recuperar os valores pendentes, mas também fortalecer vínculos.

Estratégias baseadas na empatia, comunicação clara e flexibilidade foram fundamentais para garantir a satisfação mútua. Em 2023, foram recuperados o valor de R\$ 46,5 milhões.

O Sicoob Nova Central está comprometido em fortalecer ainda mais nossas estratégias de cobrança e recuperação de crédito, sempre buscando aprimorar o relacionamento com as filiadas e cooperados.

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Ao longo do ano de 2023, a Central, por meio da área de Tecnologia da Informação (TI), empreendeu esforços para assegurar a segurança e a privacidade dos dados das cooperativas filiadas e seus cooperados. Nesse contexto, destaca-se o Programa de Privacidade de Dados (PPSI), no qual foi realizado 23 visitas às singulares participantes, verificando a segurança de dados através de 659 controles.

Além disso, foi realizado o monitoramento e a colaboração de 71 planos de ação de auditorias, garantindo a conformidade e aprimoramento contínuo dos processos. Foram registradas 12

adesões bem-sucedidas ao contrato sistêmico Microsoft 365, fortalecendo a infraestrutura tecnológica e colaborativa. Em relação à segurança de sistemas e ferramentas, foram implementadas ferramentas centralizadas e iniciado o Projeto Backup em três singulares e intensificado o Projeto de Gestão Sistêmica de Risco e Segurança Cibernética com 14 cooperativas aderentes. Foi realizada ainda a Semana da Segurança da Informação em 2 semestres, promovendo a conscientização e o engajamento dos colaboradores.

Outros destaques incluem o tratamento de 6.310 perfis conflitantes no SISBR, o atendimento de

2.998 chamados no TopDesk e o desenvolvimento de 4 automações em RPA, inclusive a Análise de Crédito. Foram prestados o suporte aos sites das filiadas com 250 chamados atendidos e contratamos firewalls para 14 Singulares, reforçando ainda mais a segurança cibernética.

A Central adotou o D4Sign em cinco cooperativas, totalizando mais de 32.429 documentos assinados digitalmente, e realizado o levantamento de 20 processos com dados pessoais (ROPA) para a LGPD. Outro avanço foi a incorporação de 20 cooperativas à ferramenta OneTrust. A área de TI acompanhou 24 relatórios anuais para a Resolução CMN N° 4.893

e aprovou diversos e-mails pela regra de segurança DLP para prevenir vazamentos de dados.

Houve também o investimento no parque tecnológico da Central com a atualização de 130 equipamentos e a implantação de quatro novos dashboards de acompanhamento, fortalecendo a capacidade de monitoramento e gestão.

Essas ações demonstram o compromisso da Central para garantir a segurança e a privacidade dos dados dos nossos cooperados, além de aprimorar continuamente nossos sistemas e processos.

AMPLIAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E MARKETING

O Sicoob Nova Central desempenha um papel fundamental na divulgação da marca, das campanhas comerciais e sociais e na difusão da cultura e dos valores cooperativistas. A área de Comunicação e Marketing atua para atender às demandas e necessidades das singulares e da própria Central.

Em 2023, a área atendeu quase **3.500 demandas internas e externas** de todas as cooperativas filiadas e da própria Central para criação de campanhas, peças gráficas, criação de identidade visual, gestão de e-mail marketing, atualização de sites, produção jornalística (cobertura de eventos, produção de releases, clipping, entre outros), gestão de redes sociais, apoio e gestão integrada de eventos, roteirização e produção de vídeos, entre outros.

Foram organizados eventos importantes e estratégicos durante o ano de 2023: premiação da CRV, Pacto Sistêmico, Workshop de Investimentos realizado em Goiás e no Distrito Federal, Workshop Jornada de Crédito, Sipag Day e SicoobCard Day, viagem de premiação da CRV, ECOS, entre outros.

Além disso, a área executou um plano de mídia sistêmico, que contemplou rádios, patrocínios a diversos eventos, como o Campeonato de Futebol Goiano e o Circuito de Xadrez Escolar, além de patrocínio de anúncio com veiculação da marca



na revista 'Campo' produzida pela Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG), o que gerou maior visibilidade e engajamento para a marca Sicoob, além de contribuir para a disseminação da mensagem do cooperativismo.

A equipe foi expandida com a contratação de novos membros, visando aprimorar o atendimento às demandas das cooperativas e da própria Central. Passaram a integrar o time: Caroline Mendonça, Ranya Miranda, Vinicio Ferreira e Luiz Henrique Martins, desempenhando a função de analistas de Comunicação e Marketing. Além disso, foram incorporados à equipe a assistente de Comunicação e Marketing, Vitória Camargos, e o estagiário da área, Thauan Martins.

COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS

Compras e Gestão de Contratos é uma atividade estratégica para todas as instituições. A área do Sicoob Nova Central consolidou-se, garantindo eficiência e conformidade em todos os processos.

Em 2023, foi implementado o Manual de Compras e Gestão de Contratações, um instrumento fundamental que define os procedimentos e regulamentos para todas as transações realizadas. O documento é essencial para garantir a consistência e transparência nas operações. Além disso, o uso do sistema SGE dentro do SISBR facilita e agiliza todos os processos. Com a ferramenta, é possível gerenciar as solicitações de compra de forma mais eficiente, desde a sua submissão até a conclusão da aquisição/contratação.

A atuação diária da área de Compras e Gestão de Contratos da Central é marcada pela responsabilidade de gerir todos os processos de compras e contratos da Central e oferecer suporte às cooperativas filiadas. Os profissionais da área atuam em colaboração estreita com as áreas especializadas para garantir o cumprimento das regulamentações internas e uma análise técnica mais adequada para cada processo.

O objeto é assegurar que cada demanda seja avaliada quanto à sua conformidade com os regulamentos internos e à disponibilidade orçamentária. Isso implica em um processo rigoroso que envolve desde a identificação da necessidade até a aprovação final da compra.



CONTABILIZANDO RESULTADOS

A área Contábil e Tributário desempenha um papel crucial no apoio operacional e administrativo do Sicoob Nova Central e das **16 cooperativas** que, atualmente, contam com nossos serviços centralizados nas áreas contábil, tributária e de departamento pessoal.

INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Em 2023, a Central por meio da sua área de Inteligência Estratégica, a Unidade de Planejamento realizou o Programa de Gestão do Planejamento Orçamentário com o objetivo de mapear as previsões orçamentárias e monitorar a sua execução, além de uma aplicação de um piloto em uma das Cooperativas Filiadas. Foi desenvolvido um plano estratégico com vigência de 1 ano para o Sicoob Nova Central por meio da análise dos planos originários do Sicoob Goiás Central e Sicoob Planalto Central, além do trabalho para o desenvolvimento de novos ciclos para 14 cooperativas filiadas. A área atuou também no apoio a realização do Pacto Sistêmico, visitas técnicas às cooperativas filiadas e nos projetos de aglutinações estratégicas de quatro cooperativas filiadas. Ainda em 2023, a Central iniciou o Projeto de Aceleração dos Negócios: AceleraCoop, Listas Inteligentes, Sicoob Cap+ e PDGC.

No âmbito de Ciência de Dados, a Inteligência Estratégica da Central expandiu as Listas Inteligentes para geração de listas de propensos em conformidade com os parâmetros específicos para cada campanha da CRV,

visando ampliar os negócios das Cooperativas Filiadas, os resultados foram apresentados às Cooperativas Filiadas no Neoway Day e contou com a participação dos Dirigentes das Cooperativas Filiadas, Representantes da Central, Pontos Focais das Cooperativas, equipe parceira Neoway IdMax e representantes B3, o evento buscou apresentar os resultados obtidos com as Listas Inteligentes, apresentar palestras sobre o mercado financeiro e projeções para o próximo ano.

Implementação do projeto Gestão à Vista para as áreas da Central, envolvendo os seguintes temas: Projeto AceleraCoop, Quadrantes Filiadas, Sicoob Cap+, Experiência do Cooperado, CRV2023, Planejamento Orçamentário, Turnover, Banco de Horas, Compensação de Cheques, Análise de Crédito, Campanha Educação Cooperativa, Projeto Aglutinações Estratégicas, Chamados Top Desk, Sisbr Analítico - Autor, Extratos Transacionais Neoway e Oportunidades de Expansão visando dar maior eficiência no gerenciamento de indicadores e maximizar a tomada de decisão frente as diferentes atividades que envolvem o escopo da Central e Cooperativas Filiadas. Ainda no serviço Gestão

à Vista, a Central lançou o Projeto Piloto 3351, gerando painéis estratégicos, com panorama completo interativo, para tomada de decisão pela Diretoria e Gerentes Comerciais da Cooperativa com visualização no Portal Gestão à Vista, tal projeto realizado a 4 mãos entre Analistas de Dados da Central e Cooperativa, permitindo ganho de escala na geração de painéis, além da eficiência na composição de informações realmente estratégicas para a ponta.

Buscando avançar ainda mais com o aproveitamento da ferramenta, a área de Inteligência Estratégica promoveu o Gestão à Vista TALKS, programa de treinamento, que buscou disseminar a cultura Data Driven em todas as áreas e unidades da Central e ampliando o conhecimento a respeito da plataforma Gestão à Vista e as suas possibilidades para apoio na tomada de decisão das unidades e áreas da Central.

Dentro do serviço Sisbr Analítico, houve a criação de relatórios no ano de 2023, desenvolvidos para Central e Cooperativas Filiadas, para cumprimento de demandas de Conselho de Administração, Auditorias, entre outras.

14 Moderações e Revisões - Planejamento Estratégico

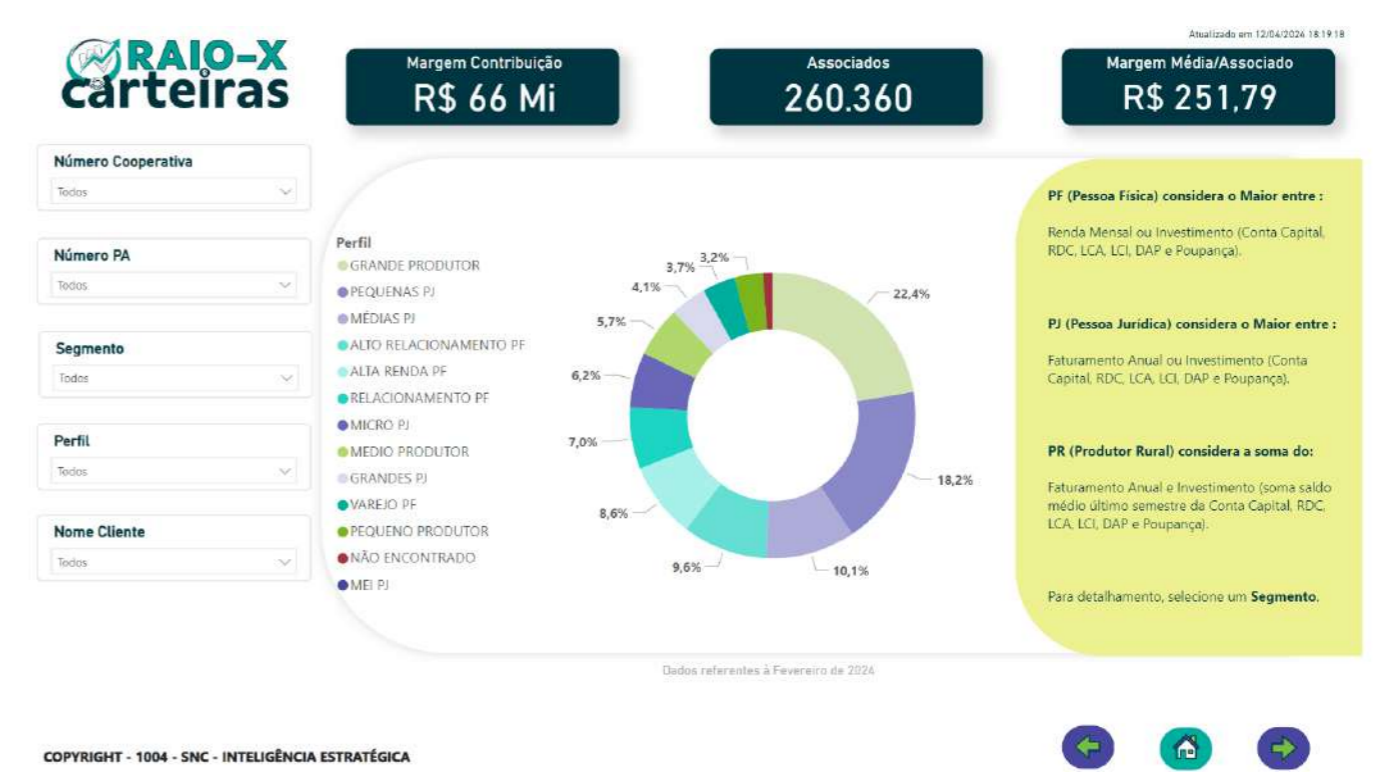
6 Projetos de Aceleração dos Negócios

10 Campanhas - Listas Inteligentes

95 Dashboards - Projeto Gestão à Vista 1004

6 Dashboards - Projeto Gestão à Vista 3351

400 Relatórios - Sisbr Analítico



CRV COM NOVIDADES NAS PREMIAÇÕES



A Campanha Regional de Vendas (CRV 2023) impulsionou as cooperativas singulares filiadas ao Sicoob Nova Central, fortalecendo a presença no mercado e aprimorando a experiência do cooperado.

Destacaram-se na premiação as cooperativas Sicoob do Vale e Sicoob Credicapa, que conquistaram o cobiçado Troféu 'IPÊ' do Grupo A e Grupo B, respectivamente, por seu desempenho excepcional na comercialização de produtos e serviços.



Na edição de 2023, foram lançadas duas novas premiações, reconhecendo o Planejamento Estratégico e o Pacto Sistêmico. Os ganhadores do troféu de Planejamento Estratégico foram: o Sicoob Juriscredcelg (3º), Sicoob Emprecred (2º) e Sicoob Palmeiras (1º). Já no Pacto Sistêmico, as cooperativas que se destacaram foram: o Sicoob Cerrado (3º), Sicoob Emprecred (2º) e Sicoob Palmeiras (1º).



1

Relatório de Administração

Resultado da Central em 2023.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 da cooperativa financeira SICOOB NOVA CENTRAL.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre o Sicoob Nova Central e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Quer saber mais?

Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB NOVA CENTRAL é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, as cooperativas filiadas, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conselho de Administração:

Marcelo Baiocchi Carneiro | Presidente
Yusef George Nimer | Vice-Presidente
Antônio Mazurek | Conselheiro
Carlos Henrique Simões Ayres | Conselheiro
Domingos Portilho Da Cunha | Conselheiro
Espedito Henrique De Souza Júnior | Conselheiro
Gilberto Alves Moraes | Conselheiro
João Pedro Braollos Neto | Conselheiro
José Alves De Sena | Conselheiro
José Humberto Marquez | Conselheiro
José Maurício De Oliveira | Conselheiro
José Renner De Souza Rates | Conselheiro
Lenise Alvarenga | Conselheira
Leopoldo José De Araújo | Conselheiro
Miguel Ferreira De Oliveira | Conselheiro
Renato Moreira Da Silva | Conselheiro
Sergio Roberto Cardoso Da Cruz | Conselheiro
Wilson Martins De Oliveira | Conselheiro

Diretoria Executiva:

Newton José Cunha Brum | Diretor Administrativo e Financeiro
Edina Francisca De Souza Fileti | Diretora de Operações
Alaôr José De Moraes | Diretor de Supervisão e Riscos
Ullisses Silva Vilela Capistano | Diretor de Negócios

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação centralização financeira. Concessão essa que é realizada para as cooperativas filiadas após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº2.682/99, havendo uma concentração 100% nos níveis de “AA” a “C”.

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperativa filiada tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho de Administração que é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (Sicoob Nova Central e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados

ao conhecimento do Conselho de Administração e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação (Centro Cooperativo Sicoob) e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento do Conselho de Administração, Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os cooperados e integrantes das comunidades onde nossas filiadas atuam, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 31 de dezembro de 2023, o SICOOB NOVA CENTRAL não registrou manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Central às cooperativas singulares.

7. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2023. Unidade de Apresentação: reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Sobras ou Perdas do Exercício - antes do Juros ao Capital	134,38%	64.149.082,39	27.369.127,60

Número de cooperados	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Total	-11,54%	23	26

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Carteira Total	-39,90%	123.768.659,81	205.928.987,72

Captações	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
Centralização Financeira - Cooperativas	32,42%	3.671.143.470,19	2.772.333.299,12

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2023	31/12/2022
	132%	93.247.729,24	40.277.183,11

Filiadas	31/12/2023				31/12/2022			
	Participação na Central %	Sobras das filiadas antes destinações	Ativo das Filiadas	PL das Filiadas	Participação na Central %	Sobras das filiadas antes destinações	Ativo Filiadas	PL das Filiadas
SICOOB AGRORURAL	35.766.453,02	40.747.217,04	774.486.115,64	223.830.504,65	22.823.599,26	34.176.855,70	690.960.871,01	184.197.137,01
SICOOB CENTRO-SUL	12.168.452,33	4.486.259,56	341.267.265,56	59.588.046,97	6.248.171,30	7.754.472,35	267.846.621,02	53.915.011,40
SICOOB CREDI-RURAL	79.508.812,47	278.357.578,06	5.487.555.138,04	1.399.273.662,26	30.618.122,01	283.171.837,92	4.240.545.029,52	1.138.865.625,56
SICOOB DO VALE	17.138.317,62	19.891.336,10	516.609.319,24	99.649.418,53	7.287.204,06	13.552.756,39	328.796.128,02	62.798.976,33
SICOOB PALMEIRAS	10.411.118,54	15.869.769,82	286.467.743,48	95.144.554,98	8.797.209,54	14.178.381,24	251.300.707,44	77.714.302,58
SICOOB CREDIUR	13.264.044,08	4.993.833,16	299.830.840,20	62.098.564,15	11.020.387,79	7.379.734,66	263.491.292,38	55.803.028,96
SICOOB CREDICAPA	10.435.553,40	11.717.844,35	341.052.546,21	66.037.200,35	6.403.142,37	11.096.288,26	267.024.281,62	53.838.466,43
SICOOB TOCANTINS	16.362.702,28	10.992.424,34	502.792.633,26	70.599.518,36	8.747.092,14	8.824.255,17	361.192.079,78	55.092.991,37
SICOOB CERRADO	7.342.445,94	8.822.774,81	284.743.747,68	45.717.083,71	4.601.780,04	9.071.598,47	239.191.798,48	35.875.546,83
SICOOB EMPRECREC	15.466.065,40	26.018.501,89	429.386.443,38	103.718.903,16	9.690.469,36	19.768.482,40	336.608.471,28	78.037.295,11
SICOOB SECOVICRED	54.970.042,37	108.190.840,48	1.585.022.597,45	365.395.406,57	34.497.038,41	69.633.872,85	1.260.638.444,08	261.073.868,67
SICOOB JURISCREDCELG	15.531.669,10	1.174.818,58	234.372.803,93	53.787.202,74	7.239.201,18	4.293.441,75	217.924.385,94	54.069.608,29
SICOOB CREDICER	8.902.574,84	3.297.752,50	186.740.789,91	25.897.162,25	4.298.589,73	2.518.517,09	123.143.732,85	22.113.099,28
SICOOB CREDIADAG	26.651.671,20	22.509.707,63	674.632.934,91	137.025.543,71	16.787.111,56	25.018.794,58	514.678.062,93	121.769.526,28
SICOOB EXECUTIVO	22.130.285,06	2.950.317,74	201.785.954,37	38.987.025,88	22.471.673,25	895.810,22	152.933.271,52	34.277.887,81
SICOOB JUDICIÁRIO	33.856.393,53	700.526,38	247.091.447,54	55.522.204,28	32.711.596,44	514.548,62	253.792.770,11	52.326.129,05
SICOOB CREDIJUSTRA	34.902.547,46	5.055.030,09	426.014.364,14	68.505.612,52	33.598.361,22	4.829.543,65	394.785.283,02	61.550.241,98
SICOOB CREDIBRASÍLIA	26.964.515,12	8.026.692,90	473.119.081,74	73.937.711,21	30.921.266,59	8.995.109,62	419.008.151,74	63.787.334,98
SICOOB CREDIEMBRAPA	32.422.302,22	3.203.327,83	210.440.017,76	52.323.234,79	28.663.600,74	1.741.705,44	207.893.964,36	48.573.465,24
SICOOB CREDFAZ	39.405.706,15	14.207.530,59	293.142.984,94	105.803.777,74	34.836.140,50	7.590.484,13	282.770.941,45	95.958.765,61
SICOOB CREDSEF	16.043.385,98	2.288.588,31	91.426.650,81	24.729.696,63	7.429.782,96	506.628,41	55.910.388,68	11.684.494,23
SICOOB DFMIL	12.826.000,54	2.959.272,58	122.756.393,40	23.416.757,97	11.330.542,16	2.558.211,27	106.120.547,11	19.763.151,45
SICOOB EMPRESARIAL	37.345.505,27	10.299.433,33	272.384.113,16	58.506.045,41	32.984.174,24	6.743.799,53	247.971.018,13	50.709.917,68
SICOOB VALE RIO CRIXÁS (*)	-	-	-	-	3.289.450,56	1.164.285,19	69.327.634,29	15.292.593,98
SICOOB COOPERPLAN (*)	-	-	-	-	7.066.822,15	328.929,48	38.149.989,73	10.060.629,12
TOTAL	579.816.563,92	606.761.378,07	14.283.121.926,73	3.309.494.838,82	424.362.529,56	546.308.344,39	11.592.005.866,49	2.719.239.095,21

(*) Cooperativas incorporadas no decorrer do exercício.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Conselho de Administração e Diretoria.

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2023.

2

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		4.338.071.243,78	3.278.942.698,85
DISPONIBILIDADES	4	157.349,03	63.080,03
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.778.791.544,81	2.830.659.392,33
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	777.464.497,49	869.427.239,73
Títulos e Valores Mobiliários	4 e 6	2.877.061.217,30	1.754.634.069,54
Operações de Crédito	7	123.768.659,81	205.928.987,72
Outros Ativos Financeiros	8	497.170,21	669.095,34
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	7.b	(743.157,48)	(1.161.540,63)
(-) Operações de Crédito		(743.157,48)	(1.161.540,63)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	9	121.334,73	94.597,95
OUTROS ATIVOS	10	6.705.676,06	10.771.296,51
INVESTIMENTOS	11	541.282.739,23	429.162.217,93
IMOBILIZADO DE USO	12	18.165.557,67	15.332.942,85
INTANGÍVEL	13	510.264,27	480.567,19
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	12 e 13	(6.920.064,54)	(6.459.855,31)
TOTAL DO ATIVO		4.338.071.243,78	3.278.942.698,85
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.338.071.243,78	3.278.942.698,85
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.671.233.656,73	2.772.427.133,88
Relações Interfinanceiras	14	3.671.143.470,19	2.772.333.299,12
Centralização Financeira - Cooperativas		3.671.143.470,19	2.772.333.299,12
Outros Passivos Financeiros	15	90.186,54	93.834,76
PROVISÕES	16	1.253.889,03	1.205.055,84
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	17	1.139.915,99	860.759,15
OUTROS PASSIVOS	18	43.736.280,48	40.946.364,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		620.707.501,55	463.503.385,66
CAPITAL SOCIAL	19.a	579.816.563,92	424.362.529,56
RESERVAS DE SOBRAS	19.b	33.471.487,73	33.521.188,50
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	19.e	(346.035,30)	(1.200.173,05)
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	19.d	7.765.485,20	6.819.840,65
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.338.071.243,78	3.278.942.698,85

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Contábeis

Confira a seguir as Demonstrações Contábeis da Central em 2023.



DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		230.793.593,95	451.875.035,90	196.782.339,68
Operações de Crédito	21	7.863.300,49	19.315.489,01	5.335.328,95
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	60.436.324,41	136.964.301,99	93.031.387,85
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6	162.493.969,05	295.595.244,90	98.415.622,88
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	(230.753.451,03)	(451.764.485,82)	(194.282.856,33)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(230.800.446,92)	(452.182.868,97)	(194.767.239,65)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		46.995,89	418.383,15	484.383,32
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		40.142,92	110.550,08	2.499.483,35
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		36.888.856,33	64.191.766,99	24.780.880,48
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	139.107,40	205.534,01	83.023,66
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(15.104.490,88)	(28.464.926,25)	(14.372.463,63)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(6.564.658,26)	(12.294.993,03)	(7.559.920,06)
Dispêndios e Despesas Tributárias	26	(117.418,26)	(221.122,27)	(81.280,97)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11.b	39.747.033,81	67.792.364,37	26.103.355,65
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	22.123.226,56	42.298.722,38	21.041.687,38
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(3.333.944,04)	(5.123.812,22)	(433.521,55)
PROVISÕES	29	24.076,85	(169.932,80)	(63.574,72)
Provisões/Reversões para Contingências		-	-	(180.000,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		24.076,85	(169.932,80)	116.425,28
RESULTADO OPERACIONAL		36.953.076,10	64.132.384,27	27.216.789,11
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30	(17.847,58)	16.698,12	152.338,49
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		36.935.228,52	64.149.082,39	27.369.127,60
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		36.935.228,52	64.149.082,39	27.369.127,60

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		36.935.228,52	64.149.082,39	27.369.127,60
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		807.325,43	854.137,75	353.593,78
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado				
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas		807.325,43	854.137,75	353.593,78
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		37.742.553,95	65.003.220,14	27.722.721,38

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTALS
Saldos em 31/12/2021		131.312.115,57	(1.949.251,89)	11.777.379,51	946.728,91	(1.553.766,83)	4.723.722,86	146.257.227,13
Distribuição de sobras para associados		4.723.722,86	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.723.722,86)	0,00
Movimentação de Capital:		31.297.256,45	1.120.956,48	0,00	0,00	0,00	0,00	32.418.212,93
Por Descolação (-)		(510,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(510,89)
Reversão/Realização de Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	770.942,20	770.942,20
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.833,28	389.833,28
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.369.127,60	27.369.127,60
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest em Coligadas e Controladas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.986.196,57	1.986.196,57
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:		19.238.468,17	0,00	0,00	0,00	0,00	(19.238.468,17)	0,00
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		238.629.772,89	0,00	909.312,09	0,00	0,00	227.425.980,39	239.768.065,27
Movimentações por Incorporações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Destinações das Sobras do Período:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Reserva		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FATES - Acs Cooperativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FATES - Acs Não Cooperativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos em 31/12/2022		425.190.824,77	(828.295,21)	32.436.089,70	1.085.098,80	(1.200.173,09)	6.519.540,65	465.503.295,68
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:		6.819.840,65	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.819.840,65)	0,00
Distribuição de sobras para associados		6.819.840,65	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.819.840,65)	0,00
Movimentação de Capital:		93.001.021,74	828.295,21	0,00	0,00	0,00	0,00	93.829.316,95
Por Subscrição/Realização		(3.000.510,89)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.000.510,89)
Por Descolação (-)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão/Realização de Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.085.098,80)	(1.085.098,80)
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.856.671,48	4.856.671,48
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.149.082,39	64.149.082,39
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest em Coligadas e Controladas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	854.137,75	854.137,75
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:		57.805.387,65	0,00	0,00	0,00	0,00	(57.805.387,65)	0,00
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		57.805.387,65	0,00	1.035.398,03	0,00	0,00	(1.035.398,03)	57.770.000,00
Destinações das Sobras do Período:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Reserva		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FATES - Acs Cooperativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FATES - Acs Não Cooperativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos em 30/06/2023		432.011.179,27	(267.816,97)	32.436.089,70	1.133.980,79	(1.133.980,79)	27.213.853,87	460.259.824,14
Movimentação de Capital:		90.000.000,01	267.816,97	0,00	0,00	0,00	0,00	90.267.816,98
Por Subscrição/Realização		(0,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,01)
Por Descolação (-)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversão/Realização de Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.856.671,48	4.856.671,48
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.935.228,52	36.935.228,52
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest em Coligadas e Controladas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	807.325,43	807.325,43
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:		57.805.387,65	0,00	0,00	0,00	0,00	(57.805.387,65)	0,00
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		57.805.387,65	0,00	1.035.398,03	0,00	0,00	(1.035.398,03)	57.770.000,00
Destinações das Sobras do Período:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Reserva		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juras Destinações das Sobras do Período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FATES - Acs Cooperativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FATES - Acs Não Cooperativas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos em 31/12/2023		579.816.653,92	0,00	32.471.487,73	1.085.098,80	(1.085.098,80)	7.705.485,20	620.072.901,85

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Notas	2º Sem. 2023	31/12/2023	31/12/2022	
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
	36.935.228,52	64.149.082,39	27.369.127,60	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(39.747.033,81)	(67.792.364,37)	(26.103.355,65)	
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(46.995,89)	(418.383,15)	(484.383,32)	
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(24.076,85)	169.932,80	(112.103,66)	
Provisões/Reversões para Contingências	-	-	180.000,00	
Depreciações e Amortizações	592.196,18	1.313.561,19	685.117,65	
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	(2.290.681,85)	(2.578.171,14)	1.534.402,62	
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(471.998.324,90)	(676.702.025,19)	252.020.840,12	
Títulos e Valores Mobiliários	(142.227.742,70)	(947.227.704,90)	(1.352.950.484,46)	
Relações Interfinanceiras	-	-	(6,25)	
Operações de Crédito	33.277.890,58	82.160.327,91	(180.864.333,41)	
Outros Ativos Financeiros	(60.746,88)	171.925,13	(585.058,12)	
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(12.677,54)	(26.736,78)	(81.017,46)	
Outros Ativos	(693.861,85)	4.065.620,45	(9.057.365,78)	
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Relações Interfinanceiras	(31.930.260,83)	898.810.171,07	1.567.821.878,47	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(37.301,19)	
Outros Passivos Financeiros	(55.472,70)	(3.648,22)	31.974,36	
Provisões	(116.374,34)	(121.099,61)	351.068,04	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	315.411,12	279.156,84	489.107,29	
Outros Passivos	(65.331.310,32)	(55.478.849,10)	10.953.254,61	
FATES - Atos Cooperativos	(517.699,01)	(517.699,01)	(454.656,04)	
FATES - Atos Não Cooperativos	(183.008,34)	(183.008,34)	(198.064,02)	
Outras Destinações	(1.035.398,03)	(1.035.398,03)	-	
Imposto de Renda Pago	(2.149,06)	-	-	
Contribuição Social Pago	(2.186,50)	-	-	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(682.864.593,15)	(698.387.138,92)	288.974.238,78	
Atividades de Investimentos				
Aquisição de Intangível	(93.550,15)	(128.954,15)	318.672,77	
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.334.824,67)	(3.586.709,71)	(3.256.871,14)	
Aquisição de Investimentos	(43.459.275,52)	(43.461.519,18)	(401.962.665,71)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(44.887.650,34)	(47.177.183,04)	(404.900.864,08)	
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital	90.267.816,98	93.829.316,95	32.408.212,93	
Devolução de Capital aos Cooperados	(0,01)	(3.000.510,89)	(510,86)	
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	57.805.387,65	57.805.387,65	19.238.468,17	
Aumento no capital por incorporações	-	-	257.635.968,39	
Reversão/Realização de Reservas	4.656.671,48	3.571.572,68	389.583,26	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	152.729.876,10	152.205.766,39	309.671.721,89	
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(575.022.367,39)	(593.358.555,57)	193.745.096,59	
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4	1.013.311.369,26	1.031.647.557,44	837.902.460,85
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4	438.289.001,87	438.289.001,87	1.031.647.557,44
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(575.022.367,39)	(593.358.555,57)	193.745.096,59	

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

3

Notas Explicativas

Da administração às demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2023



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS, DISTRITO FEDERAL E TOCANTINS LTDA, doravante denominado SICOOB NOVA CENTRAL, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a *Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias*; pela Lei nº 5.764/1971, que define a *Política Nacional do Cooperativismo* e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o *Sistema Nacional de Crédito Cooperativo*; pela Resolução CMN nº 4.434/2015 e 5.051/2022, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o SICOOB NOVA CENTRAL coordena as ações das cooperativas filiadas, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O SICOOB NOVA CENTRAL integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares.

O SICOOB NOVA CENTRAL, sediada à RUA 15, Nº 1.250, SETOR MARISTA, GOIÂNIA - GO, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.747/2019, Resolução CMN nº 4.818/2020, Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.924/2021.



Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 09/02/2024.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2023:

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Em complemento, a **Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022:** a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Este normativo entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.



Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;

ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e

iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.;

iv) Instrução Normativa BCB nº 426 de 1/12/2023: define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023, estabelecendo procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

A avaliação dos impactos nos sistemas operacionais está em andamento com desenvolvimentos sistêmicos, cuja análise está em paralelo aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A seguir o resumo dos Planos de Implementação das entidades integrantes do Sicoob impactadas pela norma:

• **Fase 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

• **Fase 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

• **Fase 3 – Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

• **Fase 4 – Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

• **Fase 5 – Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

• **Fase 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1, dos planos de implantação, foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação:

• **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).

• **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.

• **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.

• **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa, mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.

• **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.

• **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN 4966/2021 e da Resolução 352/2023, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 1º/1/2025.

Durante a execução da Fase 2 - Desenho (2023): foram discutidos os cenários de soluções e arquitetura sistêmica com mudanças em processos de integrações, estando em andamento a revisão final das especificações para alterações dentro dos sistemas legados e construções de motores para cálculos.

Em complemento, a **Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023,** altera a Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. De acordo com CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.



2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

São representados pelas Participações de Cooperativas registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020.

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários é composta ainda, por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço e não são ajustados aos respectivos valores de mercado.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados por ações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.



l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677/2018.

q) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

r) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

s) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes são reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

u) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

**w) Partes Relacionadas**

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O SICOOB NOVA CENTRAL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

aa) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários (a)	157.349,03	63.080,03
Operações compromissadas (b)	-	768.664.767,43
Cotas de Fundos de Investimento (c)	438.131.652,84	262.919.709,98
TOTAL	438.289.001,87	1.031.647.557,44



(a) Referem-se aos recursos mantidos em conta corrente no Banco Sicoob.

(b) Referem-se a operações compromissadas, atreladas à taxa CDI, realizadas com o Banco Sicoob, com lastro em títulos públicos federais, com vencimento inferior a 90 dias.

(c) Refere-se às aplicações em cotas de fundos de renda fixa denominados Sicoob Institucional e Sicoob Liquidez FI, administrados pelo Bancoob DTVM.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Letras Financeiras Do Tesouro	-	-	-	768.664.767,43	-	768.664.767,43
Depósitos Interfinanceiros (a)	767.257.587,64	-	767.257.587,64	100.762.472,30	-	100.762.472,30
Ligadas Com Garantia (a)	10.206.909,85	-	10.206.909,85	-	-	-
TOTAL	777.464.497,49	-	777.464.497,49	869.427.239,73	-	869.427.239,73

(a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob, com remuneração entre 99% e 106% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, no segundo semestre de 2023 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	60.436.324,41	136.964.301,99	93.031.387,85

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa, Exceto Cooperativa, Central de Crédito (a)	-	17.868.195,86	17.868.195,86	17.868.195,86	-	17.868.195,86
Participação em Empresa Controlada Por Cooperativa Central de Crédito (a)	-	6.324,64	6.324,64	18.824,64	-	18.824,64
Outras Participações (a)	-	12.500,00	12.500,00	12.500,00	-	12.500,00
TOTAL	-	17.887.020,50	17.887.020,50	17.899.520,50	-	17.899.520,50

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.



Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro (b)		2.409.053.225,36	2.409.053.225,36	-	1.463.232.183,00	1.463.232.183,00
LFT Recursos Municípios (b)		11.989.318,60	11.989.318,60	-	10.582.656,06	10.582.656,06
Fundo Sicoob Institucional (c)	308.701.859,35	-	308.701.859,35	104.863.581,18	-	104.863.581,18
Fundo Sicoob Liquidez FI (c)	129.429.793,49	-	129.429.793,49	158.056.128,80	-	158.056.128,80
TOTAL	438.131.652,84	2.421.042.543,96	2.859.174.196,80	262.919.709,98	1.473.814.839,06	1.736.734.549,04

(b) Referem-se a operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração atrelada à variação de 100% da Taxa Selic, com vencimentos entre 01/03/2027 à 01/03/2029.

(c) Refere-se às aplicações em cotas de fundos de renda fixa denominados Sicoob Institucional e Sicoob Liquidez FI, administrados pelo Bancoob DTVM.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	162.493.969,05	295.595.244,90	98.415.622,88

7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	67.907.729,83	55.860.929,98	123.768.659,81	145.922.700,46	59.782.922,34	205.705.622,80
Financiamentos	-	-	-	223.364,92	-	223.364,92
Total de Operações de Crédito	67.907.729,83	55.860.929,98	123.768.659,81	146.146.065,38	59.782.922,34	205.928.987,72
(-) Provisões para Operações de Crédito	(400.902,88)	(342.254,60)	(743.157,48)	(852.373,81)	(309.166,82)	(1.161.540,63)
TOTAL	67.506.826,95	55.518.675,38	123.025.502,33	145.293.691,57	59.473.755,52	204.767.447,09

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Total em		Provisões	
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
AA - Normal	24.712.532,61	24.712.532,61	-	61.669.729,06	-
A 0,50% Normal	51.492.387,60	51.492.387,60	(257.461,94)	56.210.388,89	(281.051,93)
B 1% Normal	47.060.833,55	47.060.833,55	(470.608,36)	84.488.440,03	(844.884,40)
B 1% Vencidas	-	-	-	3.560.429,74	(35.604,30)
C 3% Normal	502.906,05	502.906,05	(15.087,18)	-	-
Total Normal	123.768.659,81	123.768.659,81	(743.157,48)	202.368.557,98	(1.125.936,33)
Total Vencidos	-	-	-	3.560.429,74	(35.604,30)
Total Geral	123.768.659,81	123.768.659,81	(743.157,48)	205.928.987,72	(1.161.540,63)
Provisões	(743.157,48)	(743.157,48)	-	(1.161.540,63)	-
Total Líquido	123.025.502,33	123.025.502,33	-	204.767.447,09	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e Títulos Descontados	30.495.670,58	37.412.059,25	55.860.929,98	123.768.659,81	205.705.622,80
Financiamentos	-	-	-	-	223.364,92
TOTAL	30.495.670,58	37.412.059,25	55.860.929,98	123.768.659,81	205.928.987,72

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	% da Carteira	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado - Serviços	1.074.215,07	0,87%	1.074.215,07	2.690.412,99
Outros	122.694.444,74	99,13%	122.694.444,74	203.238.574,73
TOTAL	123.768.659,81	1,00	123.768.659,81	205.928.987,72

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(1.161.540,63)	(149.916,40)
Constituições/ (Reversões) no período	1.904.698,11	484.389,57
Provisão oriunda de incorporação	-	(1.496.013,80)
Saldo Final	(743.157,48)	(1.161.540,63)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	23.220.911,01	18,76%	4.688.392,02	25,27%
10 Maiores Devedores	122.255.381,04	98,78%	18.552.562,70	100,00%
50 Maiores Devedores	123.768.659,81	100,00%	18.552.562,70	100,00%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	287.115,83	-
Valor das operações recuperadas no período	-	-
Valor de operações em prejuízo oriundas de incorporação	-	287.115,83
Saldo Final	287.115,83	287.115,83



Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber	-	-	-	230.705,94	-	230.705,94
Títulos e Créditos a Receber	-	-	-	119,58	-	119,58
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-497.170,21	497.170,21	-	-438.269,82	438.269,82	-
TOTAL	-497.170,21	497.170,21	-	230.825,52	438.269,82	669.095,34

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 20.692,09); Pis Folha (R\$ 166.684,87); e Cofins (R\$ 309.793,25).

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	-	-	-	44,25	-	44,25
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	-	-	-	230.661,69	-	230.661,69
TOTAL	-	-	-	230.705,94	-	230.705,94

9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições a Compensar	121.334,73	-	121.334,73	94.597,95	-	94.597,95
TOTAL	121.334,73	-	121.334,73	94.597,95	-	94.597,95

10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022

	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	100.400,04	-	100.400,04	48.438,28	-	48.438,28
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	458.071,75	633.021,93	1.091.093,68	1.561.364,47	-	1.561.364,47
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	-	-	759,05	-	759,05
Pagamentos a Ressarcir (b)	32.145,23	-	32.145,23	246.383,29	-	246.383,29
Devedores Diversos – País (c)	5.008.273,71	-	5.008.273,71	8.460.440,58	-	8.460.440,58
Material em Estoque	112.350,91	-	112.350,91	81.820,16	-	81.820,16
Despesas Antecipadas (d)	361.412,49	-	361.412,49	372.090,68	-	372.090,68
TOTAL	6.072.654,13	633.021,93	6.705.676,06	10.771.296,51	-	10.771.296,51

(a) Refere-se, basicamente, a adiantamentos INOVATI (R\$ 633.021,93); e outros adiantamentos fornecedores diversos (R\$ 458.071,75)

(b) Em Pagamentos a Ressarcir estão registrados os saldos relativos a Outros - Rateios a debitar das filiadas (R\$ 32.145,23) (Em 2022 246.383,29).

(c) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Plano de Saúde a Receber	-	-	-	40.810,26	-	40.810,26
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	14.091,23	-	14.091,23	5.349.107,44	-	5.349.107,44
Cooperativas Filiadas	4.174.481,58	-	4.174.481,58	2.657.418,23	-	2.657.418,23
Outros Devedores Diversos	816.044,52	-	816.044,52	413.104,65	-	413.104,65
Pendências a Regularizar - Contas a Pagar	3.656,38	-	3.656,38	-	-	-
TOTAL	5.008.273,71	-	5.008.273,71	8.460.440,58	-	8.460.440,58

(d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

11. Investimentos

a) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Participações em Coligadas e Controladas no País (a)	541.282.739,23	429.162.217,93
TOTAL	541.282.739,23	429.162.217,93



(a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no grupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

b) O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	Banco Sicoob	
	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações/quotas	221.538.163	178.751.753
Patrimônio Líquido da Investida	4.175.452.294,37	3.203.161.618,15
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	67.792.364,37	26.103.355,65
% de Participação no Capital Social das Investida	13,10%	13,40%
Equivalência Patrimonial/ Valor do Investimento	541.282.739,23	429.162.217,93

c) O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Movimentação	Banco Sicoob
Saldo em 31 de dezembro de 2021	126.010.233,97
Aumento do investimento por ocasião da incorporação	249.443.653,00
Aumento de Capital	37.216.381,89
Equivalência Patrimonial	26.103.355,65
Dividendos Recebidos (Aportados ao capital)	(10.707.603,15)
Ajuste a Valor de Mercado	1.096.196,57
Saldo em 31 de dezembro de 2022	429.162.217,93
Aumento do investimento por ocasião da incorporação	0,00
Aumento de Capital	101.073.253,14
Equivalência Patrimonial	67.792.364,37
Dividendos Recebidos (Aportados ao capital)	(57.599.233,96)
Ajuste a Valor de Mercado	854.137,75
Saldo em 31 de dezembro de 2023	541.282.739,23

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o imobilizado de uso estão assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2022
Móveis e Equipamentos em Estoque		54.463,17	-	-	54.463,17	-	-
Imobilizado em Curso (a)		-	2.448.080,91	(49.112,49)	(3.096.843,16)	-	697.874,74
Terrenos		1.139.318,00	-	-	-	-	1.139.318,00
Edificações	4%	9.925.029,46	270.131,48	-	2.140.798,99	-	7.514.098,99
Instalações	10%	2.225.085,19	19.900,00	(3.450,00)	-	-	2.208.635,19

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2022
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.145.001,97	117.157,43	(144.213,61)	956.044,17	-	1.216.013,98
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.940.550,56	605.802,19	(514.118,37)	(54.463,17)	-	1.903.329,91
Sistema de Segurança	10%	219.009,32	125.637,70	(43.200,42)	-	-	136.572,04
Sistema de Transporte	20%	517.100,00	-	-	-	-	517.100,00
Total de Imobilizado de Uso		18.165.557,67	3.586.709,71	(754.094,89)	-	-	15.332.942,85
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(3.829.977,02)	-	25.444,60	-	(348.770,78)	(3.506.650,84)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(797.221,95)	-	23.456,77	-	(227.517,94)	(593.160,78)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.829.122,01)	-	663.622,62	-	(521.957,72)	(1.970.786,91)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(117.671,76)	-	-	-	(103.420,08)	(14.251,68)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(6.573.992,74)	-	712.523,99	-	(1.201.666,52)	(6.084.850,21)
TOTAL		11.591.564,93	3.586.709,71	(41.570,90)	-	(1.201.666,52)	9.248.092,64

13. Intangível

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2023	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2022
Sistemas De Processamento De Dados	20%	385.640,02	128.954,15	(10.604,00)	-	-	267.289,87
Sistemas De Comunicação E De Segurança	20%	-	-	(88.653,07)	-	-	88.653,07
Licenças E Direitos Autorais E De Uso		124.624,25	-	-	-	-	124.624,25
Intangível		510.264,27	128.954,15	(99.257,07)	-	-	480.567,19
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		(346.071,80)	-	74.489,62	-	(45.556,32)	(375.005,10)
TOTAL		164.192,47	128.954,15	(24.767,45)	-	(45.556,32)	105.562,09

14. Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média parcial de 2023, equivalem a 101,08% do CDI (2022 - 100,87%).

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Centralização Financeira - Cooperativas	3.671.143.470,19	-	-3.671.143.470,19	2.772.333.299,12	-	-2.772.333.299,12
TOTAL	3.671.143.470,19	-	-3.671.143.470,19	2.772.333.299,12	-	-2.772.333.299,12

**15. Outros Passivos Financeiros**

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros	800,00	-	800,00	-	-	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	89.386,54	-	-89.386,54	93.834,76	-	-93.834,76
TOTAL	90.186,54	-	-90.186,54	93.834,76	-	-93.834,76

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com fornecedores.

16. Provisões

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	125.545,19	631.173,63	756.718,82	2.385,28	584.400,74	586.786,02
Provisão Para Contingências (b)	-	497.170,21	497.170,21	-	618.269,82	618.269,82
TOTAL	125.545,19	1.128.343,84	1.253.889,03	2.385,28	1.202.670,56	1.205.055,84

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Coobrigações Prestadas	58.998.337,36	24.458.512,10
TOTAL	58.998.337,36	24.458.512,10

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.



Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	20.692,09	20.692,09	25.345,00	25.345,00
PIS FOLHA	166.684,87	166.684,87	38.021,73	38.021,73
COFINS	309.793,25	309.793,25	374.903,09	374.903,09
Outras Contingências	-	-	180.000,00	-
TOTAL	497.170,21	497.170,21	618.269,82	438.269,82

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB NOVA CENTRAL, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo e classificados com risco de perda possível.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim composto:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	34.891,77	-	34.891,77	11.093,54	-	11.093,54
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.103.700,75	-	1.103.700,75	849.167,47	-	849.167,47
Outros	1.323,47	-	1.323,47	498,14	-	498,14
TOTAL	1.139.915,99	-	1.139.915,99	860.759,15	-	860.759,15

18. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo de outros passivos estão assim composto:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	3.735.958,07	-	3.735.958,07	5.059.673,87	-	5.059.673,87
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	3.388.684,22	-	3.388.684,22	2.346.929,65	-	2.346.929,65
Credores Diversos – País (c)	36.611.638,19	-	36.611.638,19	33.539.760,80	-	33.539.760,80
TOTAL	43.736.280,48	-	43.736.280,48	40.946.364,32	-	40.946.364,32



(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	463.377,61	-	463.377,61	510,86	-	510,86
Fundos Voluntários (a.2)	1.045.260,43	-	1.045.260,43	1.719.090,29	-	1.719.090,29
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	2.227.320,03	-	2.227.320,03	3.340.072,72	-	3.340.072,72
TOTAL	3.735.958,07	-	3.735.958,07	5.059.673,87	-	5.059.673,87

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) Os valores registrados a título de Fundos Voluntários, refere-se a valores destinados no exercício para o Fundo de Marketing (10%) e saldo do Fundo Expansão;

I) **Fundo de Marketing** - que tem finalidade de execução da Política Institucional de Comunicação e Marketing. R\$ 1.035.398,03

II) **Fundo de Expansão** - tem como objetivo reunir recursos financeiros para custear o plano de expansão das cooperativas singulares filiadas originárias da incorporada Sicoob Planalto Central. R\$ 9.862,40.

i(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de Fates para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	2.777.061,67	-	2.777.061,67	2.102.973,20	-	2.102.973,20
Segurança e Vigilância	14.437,50	-	14.437,50	8.302,44	-	8.302,44
Manutenção e Conservação de Bens	23.657,20	-	23.657,20	13.927,96	-	13.927,96
Compensação	734,29	-	734,29	636,74	-	636,74
Aluguéis	872,72	-	872,72	-	-	-
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	571.920,84	-	571.920,84	221.089,31	-	221.089,31
TOTAL	3.388.684,22	-	3.388.684,22	2.346.929,65	-	2.346.929,65

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	212.494,83	-	212.494,83	487.348,50	-	487.348,50
Valores a Repassar à Cooperativa Central	49.278,59	-	49.278,59	-	-	-
Créditos de Terceiros	369.550,01	-	369.550,01	254.901,72	-	254.901,72
Pendências a Regularizar	-	-	-	5.387,80	-	5.387,80
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	108.933,78	-	108.933,78	43.177,80	-	43.177,80
Outros Credores Diversos - País	35.871.380,98	-	35.871.380,98	32.748.944,98	-	32.748.944,98
TOTAL	36.611.638,19	-	36.611.638,19	33.539.760,80	-	33.539.760,80

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	579.816.563,92	424.362.529,56
Quantidade de Cooperados	23	26

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2023 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os Associados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2022 da seguinte forma:

- 100% para conta capital, no valor de R\$ 6.819.840,65.

**d) Destinações Estatutárias e Legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	Percentual	2023	2022
Sobra líquida do exercício		5.880.317,13	8.130.659,43
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES		(183.008,34)	(198.064,02)
Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários		4.656.671,48	1.160.525,46
Sobra/Perda líquida, base de cálculo das destinações		10.353.980,27	9.093.120,87
Fundo de Reserva	10%	(1.035.398,03)	(909.312,09)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	5%	(517.699,01)	(454.656,04)
Fundo de Marketing	10%	(1.035.398,03)	(909.312,09)
Sobra à disposição da Assembleia Geral		7.765.485,20	6.819.840,65

10% para a Reserva Legal, sobre as sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao fundo de reserva além das destinações previstas no estatuto social.

5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre as sobras deduzidos a provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e FATES Ato Não Cooperativo, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

e) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 2023, no montante de R\$ (58.268.765,26) e 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ (19.238.468,17). Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

f) Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No período de 31 de dezembro de 2023, o SICOOB NOVA CENTRAL realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob, pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas

operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Resultado do Ato Não Cooperativo	2023	2022
SOBRA/PERDA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO (DESCONSIDERANDO DESP. IRPJ/CSLL)	5.880.317,13	8.130.659,43
RESULTADO DE ATOS COM ASSOCIADOS	(63.955.763,34)	(27.132.897,18)
AJUSTES MANUAIS (Recolhimento ISS)	(10.310,71)	(6.517,20)
(-) OUTRAS DEDUÇÕES (CONFORME RES. 129/16 E RES. 145/16)	-	(31.649,20)
(+) DESPESAS DE JUROS AO CAPITAL	58.268.765,26	19.238.468,17
(=) RESULTADO DE ATOS COM NÃO ASSOCIADOS CONF. ART. 87 DA LEI 5.764/71	183.008,34	198.064,02

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Empréstimos	7.863.300,49	19.280.616,29	5.101.863,66
Rendas de Financiamentos	-	4.872,72	63.465,29
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	-	30.000,00	170.000,00
TOTAL	7.863.300,49	19.315.489,01	5.335.328,95

22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(230.800.446,92)	(452.182.868,97)	(194.767.239,65)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	46.995,89	418.383,15	484.383,32
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	331.237,35	1.133.068,13	760.952,38
Provisões para Operações de Crédito	(284.241,46)	(714.684,98)	(276.562,81)
Provisões para Repasses Interfinanceiros	-	-	(6,25)
TOTAL	(230.753.451,03)	(451.764.485,82)	(194.282.856,33)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Convênios	20,13	230,34	93,33
Rendas de Comissão	139.087,27	205.303,67	82.930,33
TOTAL	139.107,40	205.534,01	83.023,66

**24. Dispêndios e Despesas de Pessoal**

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(15.156,00)	(98.033,00)	(109.600,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.788.190,01)	(3.402.061,63)	(1.551.217,31)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.103.760,47)	(5.677.552,90)	(2.350.891,62)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.839.772,30)	(5.404.958,64)	(2.892.849,09)
Despesas de Pessoal - Proventos	(7.332.974,23)	(13.829.956,90)	(7.372.443,88)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(12.281,39)	(24.460,91)	(26.167,54)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(12.356,48)	(27.902,27)	(69.294,19)
TOTAL	(15.104.490,88)	(28.464.926,25)	(14.372.463,63)

25. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de Água, Energia e Gás	(66.574,20)	(124.252,54)	(154.876,78)
Despesas de Aluguéis	(33.523,85)	(54.095,69)	(47.152,58)
Despesas de Comunicações	(106.008,12)	(257.591,49)	(98.709,87)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(82.137,13)	(205.094,30)	(212.015,22)
Despesas de Material	(71.064,64)	(109.360,16)	(96.416,60)
Despesas de Processamento de Dados	(1.397.442,93)	(2.475.511,81)	(1.088.502,97)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(873.558,41)	(1.345.628,75)	(971.504,66)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(93.997,39)	(129.615,90)	(770.942,20)
Despesas de Publicações	(79,86)	(11.483,07)	(25.112,16)
Despesas de Seguros	(42.012,58)	(93.179,53)	(27.760,52)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(161.362,14)	(316.609,11)	(117.558,21)
Despesas de Serviços de Terceiros	(128.550,49)	(311.414,09)	(238.030,84)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(190.012,00)	(301.203,83)	(107.311,97)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(733.922,36)	(1.200.110,79)	(458.406,68)
Auditoria Externa	(169.253,42)	(350.559,02)	(84.647,61)
Despesas de Transporte	(62.576,98)	(108.531,57)	(34.334,67)
Despesas de Viagem ao Exterior	(49.553,61)	(55.554,32)	-
Despesas de Viagem no País	(220.377,64)	(477.145,52)	(106.181,63)
Despesas de Depreciação/Amortização	(592.196,18)	(1.066.279,56)	(685.117,65)
Outras Despesas Administrativas (a)	(1.490.454,33)	(3.301.771,98)	(2.235.337,24)
TOTAL	(6.564.658,26)	(12.294.993,03)	(7.559.920,06)



a) As Outras Despesas Administrativas estão compostas:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Livros jornais e revistas	-	(420,00)	-
Condomínio	(175.199,10)	(393.570,33)	(31.854,38)
Contribuição sindical patronal	(0,11)	(34.783,75)	(56.898,25)
Emolumentos judiciais e cartorários	-	(309,96)	(3.050,40)
Copa/cozinha	(13.105,95)	(22.394,92)	(8.475,26)
Lanches e refeições	(146.247,91)	(273.042,20)	(81.128,61)
Uniformes e vestuários	(318,00)	(1.073,00)	-
Contribuição a OCE	(1.943,64)	(12.552,20)	(659,62)
Taxas da junta comercial	(1.665,00)	(2.901,28)	-
Medicamentos	(110,91)	(110,91)	-
Sistema cooperativista	(58.116,30)	(105.174,24)	(7.521,75)
Mensalidades diversas	(307,64)	(307,64)	-
Ações judiciais	(42.980,92)	(42.980,92)	-
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(907.527,90)	(1.815.055,80)	(1.927.487,48)
Serviço tesouraria Bancoob	-	-	(2.500,00)
Contribuição confederativa	-	(30.681,87)	(2.698,69)
Alocação de despesas - Central	-	(1.908,36)	-
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(139.025,84)	(556.700,14)	(112.502,16)
Outras despesas indedutíveis	(316,46)	(2.670,81)	(260,64)
Outras despesas administrativas	(3.588,65)	(5.133,65)	(300,00)
TOTAL	(1.490.454,33)	(3.301.771,98)	(2.235.337,24)

26. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Tributárias	(44.075,15)	(78.237,96)	(55.670,89)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(6.955,36)	(10.310,71)	(6.517,20)
Despesas de Contribuição ao COFINS	-	-	(2.965,75)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(66.387,75)	(132.573,60)	(16.127,13)
TOTAL	(117.418,26)	(221.122,27)	(81.280,97)

**27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais**

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	364.273,87	473.822,28	74.402,92
Outras rendas operacionais	90.939,01	140.830,11	17.757,17
Rateio de despesas da central entre filiadas	21.668.013,68	41.684.069,99	20.949.527,29
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	-	-	16.890,36
TOTAL	22.123.226,56	42.298.722,38	21.041.687,38

28. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Outras Despesas Operacionais	(373.157,19)	(407.362,26)	(43.560,73)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	-	(9,48)	(377,56)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(59.769,00)	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.525.675,70)	(1.862.344,79)	(356.693,26)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	(1.435.111,15)	(2.794.326,69)	(32.890,00)
TOTAL	(3.333.944,04)	(5.123.812,22)	(433.521,55)

29. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Provisões/Reversões para Contingências	-	-	(180.000,00)
Provisões para Contingências	-	-	(180.000,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	24.076,85	(169.932,80)	116.425,28
Provisões para Garantias Prestadas	(154.283,35)	(556.074,44)	(6.012,35)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	178.360,20	386.141,64	122.437,63
TOTAL	24.076,85	(169.932,80)	(63.574,72)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Ganhos de Capital	-	10.183,78	143.206,70
Rendas de Aluguéis	25.721,20	50.083,12	12.180,96
Provisões/Reversões Não Operacionais	-	-	-
(-) Perdas de Capital	(43.568,78)	(43.568,78)	(3.049,17)
TOTAL	(17.847,58)	16.698,12	152.338,49

31. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Cooperativas Singulares

Transação	Ativo/(Passivo)	
	31/12/2023	31/12/2022
Operações de crédito	123.025.502,33	204.767.447,09
Valores a receber		
Rateio/Alocação Filiadas	4.834.088,94	3.070.522,88
Centralização Financeira	3.671.143.470,19	2.772.333.299,12
Passivo		
Juros sobre capital próprio	(58.268.765,26)	(19.238.468,17)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	579.816.563,92	424.362.529,56
Receitas		
Operações de crédito	19.315.489,01	5.335.328,95
Despesas		
Rateio/Alocação Filiadas	21.668.013,68	22.441.181,02
Centralização Financeira	(230.800.446,92)	(194.997.901,34)

b) Entidades relacionadas

Transação	Banco Sicoob	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos		
Depósitos bancários	157.349,03	63.080,03
Aplicações interfinanceiras de liquidez	777.464.497,49	869.427.239,73
Títulos e valores mobiliários	2.877.061.217,30	1.754.634.069,54
Investimentos	541.282.739,23	429.162.217,93
Receitas		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	60.436.324,41	93.031.387,85
Títulos e valores mobiliários	162.493.969,05	98.415.622,88
Receita com Equivalência Patrimonial	39.747.033,81	26.103.355,67
Transação	Sicoob Confederação	



	31/12/2023	31/12/2022
Despesas		
Serviços de TI	(23.256,18)	(22.906,02)
Rateio de Despesa	(907.527,90)	(1.171.215,04)
Investimentos	17.051.095,88	17.051.095,88

Transação	CNAC	
	31/12/2023	31/12/2021
Despesas		
Serviços de auditoria	(169.253,42)	(84.647,61)
Investimentos	-	817.099,98

c) Remuneração do pessoal chave da administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Período de 31/12/2023 e 31/12/2022 (R\$)		
Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.919.561,63)	(1.386.217,31)
Cédulas de Presença Conselho Administração	(482.500,00)	(165.000,00)
Encargos Previdenciários	(722.595,53)	(324.645,09)
F.G.T.S. Diretoria	(123.484,84)	(48.854,34)
Plano de Saúde	(69.766,35)	-
TOTAL	(4.317.908,35)	(1.924.716,74)

d) Operações com entidades relacionadas

As operações do SICOOB NOVA CENTRAL são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

e) Cooperativas Singulares filiadas

A Central é composta por 23 Cooperativas Singulares filiadas, que são instituições financeiras resultantes da união de pessoas que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e aos cooperados. Dessa forma, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços do SICOOB NOVA CENTRAL e seus donos.

e.1) Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma cooperativa de 3º grau, constituída pela união das Centrais do Sistema Sicoob. Tem por finalidade representar institucionalmente todo o Sistema, sendo responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas do Sicoob.



e.2) Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob

(a) O valor de investimento pode ser conferido com a nota “Investimentos” (Nota 11).

32. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21/10/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de referência (PR)	93.247.729,24	40.277.183,11
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	487.289.649,39	238.200.580,48
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	18,77%	15,82%
Índice de imobilização (limite 50%) %	12,43%	22,96%

33. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A seguir apresentamos todos os benefícios efetuados pela Cooperativa aos empregados:

Descrição	2º sem/23	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição Previdência Privada	(165.464,72)	(285.822,53)	(81.554,92)
Assistência médica	(760.421,00)	(1.508.727,11)	(432.893,01)
Alimentação do trabalhador	(2.034.849,79)	(3.566.239,91)	(1.704.844,27)
Vale transporte	(66.570,32)	(135.130,12)	(65.442,34)
Seguros	(8.884,59)	(24.542,44)	(21.595,08)
Auxílio creche/babá	(55.445,64)	(109.614,22)	(19.978,08)
Assistência odontológica	(12.070,42)	(15.047,38)	(14.968,51)
Outras despesas de pessoal beneficiários	(53,99)	(32.429,19)	(9.615,41)
TOTAL	(3.103.760,47)	(5.677.552,90)	(2.350.891,62)

34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.



A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

34.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.



A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

34.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;



a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

34.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.



34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os *Planos de Continuidade de Negócios* contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os *Planos de Continuidade de Negócios* são classificados em *Plano de Continuidade Operacional (PCO)* e *Plano de Recuperação de Desastre (PRD)*.

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.



34.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

As responsabilidades sobre o risco cibernético são divididas da seguinte forma:

- a) Gerência de Risco Cibernético: responsável pela estrutura centralizada de gestão do risco cibernético das entidades do Sicoob;
- b) Segurança Cibernética e Segurança da Informação: Garantir, em conjunto com a área de Riscos Cibernéticos, a identificação, avaliação e tratamento adequado dos riscos cibernéticos. Adicionalmente, desenvolver e manter atualizado um plano de resposta a incidentes cibernéticos;
- c) Superintendência de Gestão Integrada de Riscos: supervisionará as atividades de gestão do risco cibernético e revisará periodicamente a eficácia das medidas implementadas;
- d) Diretoria Executiva: patrocinar a estrutura de gerenciamento do risco cibernético, possibilitando a avaliação tempestiva de impactos das exposições e a tomada de decisões, pelos gestores das áreas sob suas responsabilidades, em conformidade com as estratégias de tratamento dos riscos.

35. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Edina Francisca de Souza Fileti
Diretora de Operações

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC nº 16.895/O-6

4

Relatório do Auditor Independente

Sobre as Demonstrações Contábeis;

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados Cooperativa Central de Crédito Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda., (Anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito Goiás, Distrito Federal e Tocantins Ltda., anteriormente denominada Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 20 de março de 2023, sem ressalvas. da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 18 de março de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2GO001774/F-2

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

Central de Atendimento

Capitais e regiões metropolitanas: 4000 1111
Demais localidades: 0800 642 0000

SAC 24h

0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 725 0996
www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458



sicoob



sicooboficial



sicoob



sicooboficial



sicoob

sicoob.com.br/novacentral